

INFORMATIVO Plenarium

Informativo Oficial do TRE-SE | Ano XIII - nº 22 - setembro de 2019



MULHERES DO TRE-SE

O empoderamento feminino acumula conquistas no campo social, político e econômico



ELEIÇÃO SUPLEMENTAR DE RIACHÃO DO DANTAS

A prefeita eleita governará até dezembro de 2020.

EDITORIAL

A matéria de capa da edição de setembro de 2019 do informativo PLENARIUM evidencia, mais uma vez, o papel das mulheres na Justiça Eleitoral. Como aperitivo, um breve relato sobre fatos relacionados ao empoderamento feminino. Destaca-se a atuação de cinco mulheres vinculadas ao Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe – TRE-SE.

A outra matéria de capa refere-se ao pleito (eleição suplementar) do município de Riachão do Dantas, que ocorreu no dia 1º de setembro. Mostram-se detalhes da eleição, que elegeu a candidata **Simone de Dona Raimunda** (PC do B).

A reportagem especial é sobre a implementação do Processo Judicial Eletrônico (Pje), na primeira instância da Justiça Eleitoral, em Aracaju. A chefe de cartório da 2ª Zona Eleitoral, **Luciana de Moraes Tavares**, foi entrevistada e contou sobre o sistema, que tem o objetivo de acelerar os processos e será adotado em toda a primeira instância até o final deste ano, com vistas às Eleições Municipais de 2020.

No ACONTECEU, destaca-se a visita do presidente do Tribunal, Des. **José dos Anjos**, ao Exército Brasileiro – 28º BC, a reunião da Comissão de Acessibilidade e Inclusão, que discutiu ações e melhorias visando às eleições, e, ainda, ressalta-se a utilização, pela primeira vez, no TRE-SE, do sistema de videoconferência durante sessão plenária.

A coluna "Aconteceu no Plenário" (semelhante à coluna ACONTECEU, que relembra fatos importantes do mês) expõe os principais fatos das sessões plenárias e ressalta as informações sobre processos julgados no mês de agosto.

E nossa "Memória Eleitoral" fala sobre o processo de Abertura Política, que ocorreu a partir de 1974.

Que você tenha agradável leitura!
Equipe ASCOM.



PRESIDENTE

Desembargador José dos Anjos

VICE-PRESIDENTE E CORREGEDOR REGIONAL ELEITORAL

Desembargador Diógenes Barreto

JUÍZES MEMBROS

Marcos Antônio Garapa de Carvalho

Áurea Corumba de Santana

Joaby Gomes Ferreira

Sandra Regina Câmara Conceição

Leonardo Souza Santana Almeida

PROCURADORA REGIONAL ELEITORAL

Eunice Dantas Carvalho

DIRETOR GERAL

Rubens Lisboa Maciel Filho

ASSESSOR DE IMPRENSA E COMUNICAÇÃO SOCIAL E JORNALISTA RESPONSÁVEL

Ricardo Augusto Ferreira Ribeiro
DRT 1037

REVISÃO

André Frossard
João Lover

COLABORADORES

Érika Letícia
Gabriel Xavier
José Gabriel

PROJETO GRÁFICO

Jéssica Alves
Luigi Abdias
Mário César

FOTOGRAFIAS

ASCOM

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SERGIPE

Centro Administrativo
Gov. Augusto Franco - CENAF
Lote 7 Variante 2 - Bairro Capucho
Aracaju - SE - CEP: 49081-000

SUMÁRIO

Aconteceu no Plenário.....	4
Aconteceu.....	5
Mulheres do TRE-SE.....	8
Eleição suplementar de Riachão do Dantas.....	12
Implementação do PJE.....	14

MEMÓRIA ELEITORAL



Processo de abertura política

Nos anos 70, depois da posse do presidente Geisel (1974), foi iniciado o processo de abertura política. A oposição começou a se unificar contra o regime ditatorial. Os militares mais conservadores não queriam a abertura. Geisel planejava a distensão política, sem a tomada do poder pela oposição. A abertura foi definida como lenta, gradual e segura. Foram tomadas as seguintes medidas: fim do Ato Institucional Cinco (AI-5), fim da censura prévia, restabelecimento do habeas corpus para crimes políticos, flexibilidade da Lei de Segurança Nacional e permissão da volta de 120 exilados políticos.

Vejamos algumas normas e atos desse período:

- a Lei nº 6.339 (1º/7/76) tirou o acesso dos candidatos ao rádio e à televisão. Os partidos só poderiam apresentar o nome, número, currículo dos candidatos e uma fotografia, no caso da TV;
- em 1º abril de 1977, Geisel fechou o Congresso Nacional com base no AI-5. Usou os poderes e baixou um conjunto de medidas: conhecido como Pacote de Abril. Queria garantir ao partido do governo (Arena) o controle do Legislativo. O pacote também acabou com as eleições diretas para governador, que aconteceriam no ano seguinte;
- a Emenda Constitucional nº 11 (13/10/78) revogou o AI-5 e proibiu o Executivo de determinar recesso parlamentar, cassar mandatos, demitir servidores públicos e privar de direitos políticos os cidadãos. Concedeu direito a habeas corpus. Criou as salvaguardas: o Poder Executivo poderia decretar estado de emergência e tomar medidas para restabelecer a paz e a ordem em locais atingidos por calamidades e fortes perturbações. O critério de representação foi alterado, e os estados do Nordeste elegeram mais deputados que o centro-sul. Também estendeu as restrições da Lei Falcão às eleições para os legislativos municipal e estadual. O mandato do presidente passou de cinco para seis anos;
- a Lei nº 6.767 (20/12/1979) modificou a LOPP anterior (Lei nº 5.682, de 21/7/1971). Extinguiu o MDB e a Arena e permitiu o surgimento de novos partidos. A designação de partido político não poderia ser utilizada com base em crenças religiosas ou sentimentos de raça ou classe.

ANIVERSARIANTES DO MÊS DE SETEMBRO

- 02 Evanilde de Jesus
- 04 Frederico Almeida Santana
- 04 Marcus André de Vieira Mendes
- 04 Valdeco do Nascimento Vieira
- 06 Luciano Silva Chagas
- 09 Edmundo de Almeida
- 10 Cecília Delgado Nunes de Alencar
- 10 Luiz Marcone Rabelo de Carvalho
- 10 Marcel Silva Nunes
- 13 Ana Karla Carvalho Monteiro Nascimento
- 13 Edilaine Rezende de Andrade Couto
- 13 Micheline Barboza de Deus
- 13 Ysllan Luiz Santos Silva
- 14 Jânison Couto Lucas
- 14 Norival Navas Neto
- 17 Ricardo Magno da Silva Júnior
- 17 Selma de Jesus Santos
- 18 Andréa Campos Silva Cruz
- 18 Flavio Nascimento de Sena e Silva
- 22 Ana Patrícia Franca Ramos Porto
- 19 Iguassu Cândido Pereira Ramalho
- 21 Maria Genúzia de Jesus Costa
- 22 Carlos Leonidas Nunes de Carvalho
- 24 Carla Nunes Novaes
- 26 Josélia Silva Santos
- 27 Claudio Gonçalves de Souza
- 29 Marcos Antonio Alves de Almeida

Por 6 votos a 1, TRE-SE cassa mandato do governador de Sergipe e sua vice

Durante julgamento do dia 19 de agosto, o pleno do Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe, por 6 votos a 1, cassou os diplomas do governador **Belivaldo Chagas Silva** e de sua vice-governadora, **Eliane Aquino Custódio**, pela prática de abuso de poder político, consistente no uso da “máquina pública” do Poder Executivo do Estado de Sergipe em favor da candidatura de Belivaldo nas eleições de 2018.

O relator do caso, Des. **Diógenes Barreto**, em relação à prática de **abuso de poder econômico**, afastou a ocorrência de irregularidade de todos os 5 pontos elencados pela Procuradoria Regional Eleitoral em razão da falta de evidenciação nos autos de elementos suficientes para comprovar a materialidade do abuso de poder econômico.

Sobre abuso de poder político, o magistrado afastou a ocorrência de irregularidade em 4 das 5 condutas. Porém, em relação à concentração de assinaturas de ordens de serviços nas vésperas do início do período eleitoral, restou caracterizado, segundo o entendimento do relator, o abuso de poder político.

Em relação à vice-governadora, o relator entendeu que a sanção de inelegibilidade não deveria ser aplicada pela falta de demonstração, nos autos, da sua participação em nenhum dos atos caracterizadores do abuso de poder político. “Em vista do caráter personalíssimo da sanção de inelegibilidade, não se revela razoável a sua aplicação à segunda investigada: Eliane Aquino”.

O juiz membro do TRE-SE, **Marcos Antônio Garapa de Carvalho**, foi o único voto divergente. O magistrado defendeu que as solenidades de lançamento de obras com a participação dos chefes do poder executivo e demais aliados políticos é fato comum na política. Também afirmou que a decisão, quanto à possibilidade de prorrogação do prazo limite relacionado ao empréstimo do PROINVESTE, é ato discricionário do chefe do Poder Executivo, não cabendo ao Judiciário entrar no mérito dos atos de gestão. O juiz Marcos Garapa ficou vencido em seu entendimento.

Por maioria de votos, TRE-SE cassa mandato de Talysson Costa

No dia 15 de agosto, o pleno do Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe (TRE-SE) decidiu, por maioria de votos, cassar o mandato do deputado estadual **Talysson Barbosa Costa** e decretou a inelegibilidade, pelo prazo de 8 anos, de Talysson e de seu pai, **Valmir dos Santos Costa**, atual prefeito de Itabaiana-SE. Talysson Costa foi eleito em 2018, sendo o deputado estadual mais votado de Sergipe, recebeu 42.046 votos.

Segundo a procuradora regional eleitoral, **Eunice Dantas**, o prefeito de Itabaiana, pai do candidato cassado, agiu de forma incompatível com a impessoalidade exigida dos gestores públicos: “Era impossível distinguir quando Valmir agia como prefeito ou quando era garoto-propaganda.”

Ao falar sobre os abusos na propaganda eleitoral, Eunice afirmou que “houve algo próximo de vinte representações durante a eleição, e a maioria delas foi julgada procedente. A propaganda irregular não cessou, apesar de o TRE-SE aplicar várias multas, e os valores foram majorados pela continuidade da conduta”, ponderou a procuradora.

O advogado de defesa sustentou que os atos não foram praticados de forma desvirtuada. “O que se tenta aqui é tipificar, por analogia, uma conduta vedada, o que afronta nossa legislação. Não é possível criar restrições por analogia, pois fere o princípio da reserva legal”, pontuou o advogado.

Foram julgadas como improcedentes as ações em relação a **Romerito Oliveira da Trindade**, **Thierisson Santos Costa** e **Antônio Pereira da Silva Júnior**.

Acompanharam integralmente o voto do relator o presidente do TRE-SE, Des. **José dos Anjos**, os juízes **Marcos Antônio Garapa de Carvalho**, **Leonardo Souza Santana Almeida**, e a juíza **Áurea Corumba de Santana**. Abriu a divergência a juíza membro do TRE-SE, **Sandra Regina Câmara Conceição**, que votou pela improcedência dos pedidos em relação a todos os acusados. O posicionamento foi acompanhado pelo Dr. **Joaby Gomes Ferreira**.

TSE mantém cassação do diploma do vereador (do município de Telha-SE)

O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) julgou o Agravo Regimental no Recurso Especial Eleitoral n. 63-30. 2017.6.25.0000 e manteve a decisão do Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe (TRE-SE), que cassou o diploma do vereador de Telha-SE **João Messias Vieira de Souza**.

O relator do recurso no TSE, ministro **Sérgio Banhos**, em seu voto, fez constar que o TRE-SE havia cassado o diploma do vereador por entender configurada irregularidade insanável, com características de enriquecimento ilícito e prejuízo ao erário. Após a decisão, o juiz da 19ª Zona Eleitoral, **Evilásio Correia de Araújo Filho**, notificou a Câmara de Vereadores do município de Telha sobre a cassação do diploma do vereador João Messias Vieira de Souza.

Na decisão do TRE-SE, consta que o vereador João Messias, na condição de presidente da Câmara de Telha-SE, foi responsável pelo pagamento irregular de diárias a servidores municipais e a vereadores, entre os quais, ele próprio, autorizou oficialmente a participação dele, de outros parlamentares e de servidores em dois eventos que comprovadamente não ocorreram, o que evidenciou ofensa à Lei de Improbidade Administrativa (Lei 8.429/92) e incidência da inelegibilidade descrita no art. 1º, I, g, da Lei Complementar 64/90.

ACONTECEU

Palestra do projeto Eleitor do Futuro em Colégio Estadual

Do dia 21 a 23 de agosto, o Colégio Estadual Tobias Barreto recebeu a Escola Judiciária Eleitoral de Sergipe (EJESE), do Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe. A EJESE realizou uma série de palestras para os alunos do ensino médio, cerca de 100 jovens, no período da manhã e da tarde. Além dos debates sobre as causas e consequências da corrupção eleitoral, o voto do analfabeto, *Fake News*, segurança das urnas, os poderes da República e a história e evolução do voto no Brasil. Os alunos também foram orientados sobre a importância da eleição dos conselheiros tutelares, que ocorrerá no dia 6 de outubro de 2019.



O programa *Eleitor do Futuro* promove e capacita crianças e adolescentes de 07 a 17 anos de idade em matéria de educação política, por meio de atividades pedagógicas diversas, como palestras e simulações de eleições com urnas eletrônicas. Entre os objetivos, o programa busca ampliar, capacitar e mobilizar jovens e futuros eleitores ao exercício livre e consciente do direito de votar e ser votado.

TRE-SE participou do Seminário sobre Eleições Unificadas dos Conselhos Tutelares



No dia 05 de agosto, o coordenador de planejamento, estratégia e gestão do TRE-SE, **Marcelo Gerard**, foi um dos palestrantes do Seminário sobre Eleições Unificadas dos Conselhos Tutelares. O evento aconteceu na sede do Ministério Público do Estado de Sergipe (MPSE) e abordou o papel do Tribunal durante as eleições, que ocorrerão dia 06 de outubro.

“O Tribunal está possibilitando que todo o eleitorado de Sergipe, nessa eleição, vote pela urna eletrônica. A participação do TRE-SE se restringe a viabilizar uma eleição mais rápida e eficiente”, afirmou Gerard.

A promotora de justiça, **Maria Lilian Mendes Carvalho**, representando a 8ª Promotoria dos Direitos do Cidadão e o CAOPIA, conduziu a palestra *Condutas vedadas*. “O seminário foi pensado junto ao MPSE, com o apoio do TRE-SE e da Rede dos Conselho Tutelares de Direito Municipal e Estadual, para fomentar a participação da sociedade [no pleito]”, disse.

Workshop “Cozinha em prosa” é realizado no TRE-SE



No dia 09 de agosto, o espaço *gourmet* do Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe (TRE-SE) sediou o *workshop* “Cozinha em Prosa”. O evento faz parte do projeto Saúde Integral, desenvolvido pela SGP/COASA/SEASA.

Os participantes acompanharam a preparação das iguarias pela servidora do Tribunal, **Carmen Luiza Nascimento Cardoso Menezes**, que é chefe de cozinha profissional. O prato principal foi robalo grelhado ao molho de castanha sobre fatias de caju selado no azeite e no mel, acompanhado de legumes salteados. A sobremesa foi *parfait* de frutas com iogurte e calda de frutas vermelhas.

A chefe ensinou, de forma descontraída, receitas saudáveis, que despertam a reeducação nutricional. O *Cozinha em Prosa* foi um encontro entre colegas/amigos, com o tema gastronomia saudável, pitadas de sal, um punhado de temperos, uma dose de boa interação institucional e comidinhas deliciosas.

ACONTECEU

Portal do TRE-SE tem mais de 436 mil acessos em sete meses



A Assessoria de Imprensa e Comunicação Social (Ascom) realizou um levantamento sobre o alcance das publicações e constatou que o *site* do Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe (TRE-SE) registrou mais de 436 mil acessos e que o perfil oficial no Facebook alcançou mais de 65 mil pessoas. Foram somados os dados de janeiro a julho deste ano.

No *site* do TRE-SE, além de verificar as notícias sobre o trabalho desenvolvido diariamente pela Justiça Eleitoral, é possível obter certidões de quitação eleitoral, de filiação partidária, de alistamento e outras. O portal eletrônico do TRE-SE também disponibiliza informações de interesse geral, como orientações ao eleitor que está no exterior, documentação necessária para tirar o primeiro título, etc.

Pelo canal do TRE-SE no YouTube, as sessões plenárias de julgamento são transmitidas ao vivo, e os vídeos ficam salvos na plataforma para acesso. No Instagram e no Facebook, são feitas postagens diárias relacionadas a matérias jornalísticas do *site* ou a outras informações de interesse geral.

Comissão de Acessibilidade do TRE-SE discute melhorias visando às eleições



A Comissão de Acessibilidade e Inclusão do Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe (TRE-SE) reuniu-se no dia 09 de agosto para discutir ações e melhorias nos aspectos voltados à acessibilidade visando às eleições. Será enviado ofício conjunto (TRE-SE, MPE, MPF, OAB, Conselho e Comissão de Acessibilidade) às prefeituras e ao governo do estado indicando a necessidade de ajustes nos locais de votação.

No encontro, também discutiu-se a implementação do Selo de Acessibilidade Sergipano pelo TRE-SE, que tem o objetivo de promover e reconhecer os estabelecimentos e serviços acessíveis a cerca de meio milhão de pessoas que têm algum tipo de deficiência em Sergipe.

Esse selo conta com o apoio do governo de Sergipe, da Ordem dos Advogados do Brasil – Sergipe (OAB-SE), do Ministério Público do Trabalho (MPT-SE), do Ministério Público Estadual (MP-SE) e do Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe (TJ-SE) e de outros.

A oficina “Cuidados com o Recém-Nascido e Aleitamento Materno” foi realizada no TRE-SE

No dia 22 de agosto, o Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe (TRE-SE) realizou a oficina *Cuidados com o Recém-Nascido e Aleitamento Materno*. Essa campanha, por meio da COASA/SGP, dá continuidade ao projeto “Saúde Integral”.

O objetivo da oficina é alertar sobre o papel dos pais e dos familiares no apoio à prática do aleitamento materno. O curso mostra que é necessário criar um ambiente que permita à mãe amamentar exclusivamente com leite materno nos primeiros seis meses de vida. O aleitamento materno deve continuar como fonte complementar até os dois anos de idade do bebê.

O curso foi aberto aos servidores, como também aos seus cônjuges no intuito de instruir a todos que podem contribuir para um melhor suporte à mãe durante o processo pré e pós-parto.



ACONTECEU

Sistema de videoconferência é utilizado pela primeira vez no TRE-SE

O Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe (TRE-SE) utilizou, pela primeira vez, na sessão ordinária do dia 21 de agosto, o sistema de videoconferência, que possibilita a sustentação oral a distância por advogados e procuradores.

A sustentação oral foi exercida pela advogada **Rebeca de Oliveira Lima Monteiro**, que falou diretamente de seu escritório, localizado no Estado de São Paulo. A jurista fez a defesa das contas de **Gilvani Alves dos Santos**, candidata ao governo de Sergipe nas eleições de 2018. Ao final do julgamento, as contas foram aprovadas com ressalvas por votação unânime.

A Resolução TRE-SE n. 13/2019, que disciplina a sustentação oral pelo sistema de videoconferência, determina que o advogado deve apresentar requerimento à Secretaria Judiciária do Tribunal até as 12 horas do dia útil anterior à sessão de julgamento do respectivo feito. Para mais informação, acesse: www.tre-se.jus.br.



Promotora ministra palestra sobre a participação feminina no Poder Judiciário



A promotora de justiça aposentada **Adélia Moreira Pessoa** ministrou a palestra Incentivo à Maior Participação Feminina no Poder Judiciário. O evento aconteceu dia 2 de agosto no auditório anexo Des. **Luiz Magalhães**, do Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe (TRE-SE). O desembargador aposentado **Netônio Bezerra Machado** e servidores do Tribunal prestigiaram o evento.

Na oportunidade, a promotora apresentou dados da pesquisa do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), realizada nos tribunais superiores. Os dados apontam que os homens têm maior participação em cargos estratégicos do que as mulheres.

“É muito importante debater essa temática. O CNJ expediu a Resolução nº 255/2018, que estabeleceu a necessidade de reflexão sobre equidade de gênero no Poder Judiciário brasileiro. Com isso, deve-se fazer um diagnóstico referente à situação de cada tribunal em termos de participação feminina nos quadros de pessoal”, ressaltou Adélia Pessoa.

Presidente do TRE-SE visita Exército Brasileiro em Sergipe



No dia 19 de agosto, o presidente do Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe (TRE-SE), Des. **José dos Anjos**, acompanhado do assessor de imprensa e comunicação social, **Ricardo Ribeiro**, realizou visita de cortesia ao 28º Batalhão de Caçadores Campo Grande do Exército.

O desembargador foi recebido pelo comandante **José Fernandes Carneiro dos Santos Filho** e pelo coronel **Roberval Correia Leão**. Durante a visita, o presidente do Tribunal assistiu à palestra sobre a atuação do Exército Brasileiro no país, como também no exterior.

O Des. José dos Anjos enalteceu o trabalho da instituição, que tem a missão de garantir a defesa da Pátria. “O Exército Brasileiro está de parabéns! Além de ser um parceiro constante da Justiça Eleitoral (durante as eleições) e de outras instituições nacionais, também desempenha função estratégica na garantia da soberania nacional”, pontuou o desembargador.

MULHERES DO TRE-SE

A revista PLENARIUM, nesta edição, continua a série de homenagens às mulheres da Justiça Eleitoral sergipana, nossas representantes do empoderamento feminino. Atualmente, grande número de mulheres recheia o mercado de trabalho, com destaque ao expressivo quantitativo de mulheres ocupando cargos de liderança no Poder Judiciário.

São expoentes da tiragem de agosto a desembargadora **Suzana Maria Carvalho Oliveira**, a juíza **Áurea Corumba de Santana**, a procuradora regional eleitoral **Eunice Dantas Carvalho**, a odontóloga Dr.^a **Daisy Pereira Valido**, e a servidora aposentada **Dulciana Melo Tavares**.

No dia vinte e seis (26) de agosto comemorou-se o Dia Internacional da Igualdade Feminina. A data rememora a aprovação da Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão (1789). No Brasil, as mulheres lutam por igualdade desde os idos coloniais. Exemplo de grandes heroínas: Maria Quitéria (1792-1853) e Anita Garibaldi (1821-1849).

No contexto da participação feminina na política, a Justiça Eleitoral trabalha para garantir a paridade de oportunidades e de representação entre homens e mulheres, desenvolvendo ações e debates para aumentar a representatividade feminina. O TSE tem incentivado os partidos a cumprirem a legislação eleitoral no que se refere à política de cotas, que reserva a mulheres 30% das candidaturas.

Em maio de 2018, o Plenário do TSE fixou, por unanimidade, o entendimento de que as os partidos políticos deverão reservar, pelo menos, 30% dos recursos do Fundo

Especial de Financiamento de Campanha (FEFC) para financiar candidaturas femininas. Também foi determinado que o mesmo percentual deve ser considerado em relação ao tempo destinado à propaganda eleitoral gratuita no rádio e na televisão.

As mulheres estão, a cada dia, mais atuantes, seja no serviço público, seja na iniciativa privada. Elas mostram força, sabedoria e competência e lutam veementemente pela igualdade: um dos ideais democráticos. A seguir, um breve histórico de cada uma das cinco homenageadas: mulheres que orgulham o TRE-SE e o Estado de Sergipe.

Desa. Suzana Maria Carvalho Oliveira



A desembargadora **Suzana Maria Carvalho Oliveira** é natural do município de Estância (SE), concluiu o bacharelado em Direito no Curso de Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito da Universidade Federal de Sergipe em 1970. Fez carreira jurídica como advogada e ingressou na magistratura em 1978. Foi juíza de Direito nas Comarcas de Frei Paulo, Riachuelo, Aracaju e juíza corregedora. Exerceu a função de Juíza Eleitoral da 2ª Zona. Em março de 2010, foi aclamada vice-presidente e corregedora do Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe (TRE-SE) para o biênio 2010-2012. E atuou como presidente do TRE-SE em 2011.

Como presidente do Tribunal, participou de reunião do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) para divulgação do resultado final das metas do Judiciário em 2010 e apresentação do glossário das metas de 2011. Deliberou acerca da implantação e do processo de biometria em Sergipe. O cadastramento biométrico foi um sucesso, e a meta de 100% do eleitorado cadastrado estabelecida pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) foi cumprida.

Ao fim de sua gestão, juntamente com a sessão solene de encerramento do processo de biometria, a Des. Suzana Carvalho foi parabenizada e homenageada pelos servidores do Tribunal. Ela agradeceu o carinho de todos os membros e servidores da Casa e disse que partia com a sensação de dever cumprido. Na mesma ocasião, a Des. inaugurou o Espaço Cultural do TRE-SE, que expôs obras de arte dos artistas sergipanos Márcia Guimarães e Antônio da Cruz. O local é voltado também para eventos e reuniões, e guarda a galeria de ex-presidentes.

Juíza Áurea Corumba de Santana



A juíza **Áurea Corumba de Santana** é formada em Letras e Direito pela Universidade Federal de Sergipe – UFS, pós-graduada em Direito Processual Civil pelo Instituto Greco e em Direito Civil pela

Universidade do Sul de Santana Catarina. Foi nomeada juíza de Direito em dezembro de 1989 e, em 1990, assumiu o cargo no Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe.

Em novembro de 2017, para o biênio 2017/2019, assumiu como juíza membro do Tribunal Pleno do Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe (TRE-SE) e foi convidada a exercer o cargo de ouvidora regional eleitoral, sob a gestão do Des. **Ricardo Múcio Santana de Abreu Lima**. Em outubro de 2018, ocorreu a solenidade de outorga da Medalha do Mérito Eleitoral, na qual a juíza membro foi agraciada com a Medalha do Mérito Eleitoral – Grau Comendador, junto com mais 10 homenageados.

No mesmo ano, durante a XI Reunião do Colégio de Ouvidores da Justiça Eleitoral, que aconteceu na sede do Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão (TRE-MA), Áurea Corumba representou o TRE-SE, assessorada pela servidora **Vanda dos Santos Góis**, da Ouvidoria Regional Eleitoral. Foi juíza titular das Comarcas de Laranjeiras e de Nossa Senhora do Socorro. Em 2012, foi removida para Aracaju, como titular, para atuar na 25ª Vara de Família e Sucessões. Como juíza eleitoral, comandou a 2ª Zona – Aracaju.

“O processo eleitoral se aprimora a cada eleição. Das cédulas até a votação eletrônica, houve um avanço no aprimoramento do processo de votação, o que elevou o nível de segurança do pleito. A Ouvidoria exerce, nessa seara, papel relevante por estar à disposição do cidadão para esclarecimentos e orientação. E, tendo participado, nesse referido biênio, de dois encontros de ouvidores, pude comprovar os avanços os quais visam à integração cada vez maior entre cidadão e a Justiça Eleitoral. O Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe se dedica cada vez mais à causa do eleitor, da democracia e da justiça”, declarou a juíza Áurea Corumba.

Dr.^a Daisy Pereira Valido

Filha do meio de cinco mulheres, **Daisy Pereira Valido** é natural de Aracaju, graduada em Odontologia pela Universidade Federal de Sergipe – UFS, no ano de 1989) com curso de aperfeiçoamento em Dentística Restauradora ministrado pela Faculdade de Odontologia de Bauru, especialista em Prótese Dentária pela Associação Brasileira de Odontologia de Sergipe e em Odontogeriatría pelo Conselho Federal de Odontologia – CFO. É mestra em Saúde e Ambiente pela Universidade Tiradentes – Unit (2010) e doutora em Biotecnologia pelo Programa de Pós-graduação Rede Norte de Biotecnologia (RENORBIO-SE/2019).

Ela diz que seu processo de escolha profissional foi difícil e acredita que o lado artístico da Odontologia é o que a atrai. Começou a carreira como cirurgiã-dentista no Serviço Social do Comércio – Sesc. Depois, tornou-se prestadora de serviço do Sistema Único de Saúde – SUS.

Ingressou como cirurgiã-dentista no Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe – TRE-SE em agosto de 1996, ano em que a votação eletrônica foi instituída pela primeira vez no Brasil, Aracaju foi um dos municípios pioneiros a utilizar a urna eletrônica. Todos os servidores (cerca de 100) tinham que participar do processo preparativo para o grande pleito eleitoral aracajuano em suas mais diversas etapas: treinamento de mesários, divulgação da urna eletrônica, testes dos equipamentos, carga e lacração das urnas, transmissão de dados. Essa situação despertou

na Dr.^a uma grande admiração com o trabalho da justiça eleitoral.

Complementa Dr.^a Daisy: “Como dentista, disponho dos mais modernos equipamentos e dos melhores materiais existentes na Odontologia contemporânea e posso exercer a profissão que me realiza com dignidade e respeito”.

Dulciana Melo Tavares

Dulciana Melo Tavares é nascida em Aracaju, filha caçula do casal **José Antônio da Costa Melo e Maria Nildete Lobão Costa Melo**. É formada em pedagogia. Em 1986, prestou concurso público e, dois anos depois, passou a fazer parte do quadro de servidores efetivos do Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe (TRE-SE).

Durante o período em atividade no Tribunal, passou pela Seção de Informática, pela Seção de Planejamento Eleitoral, pela Coordenadoria de Planejamento de Estratégia e Gestão, pela Seção de Benefícios e Apoio Administrativo, pela Assessoria de Juízes Membros, ainda, passou pelo Cartório Eleitoral da 27^a Zona (Aracaju). Esse último foi a sua maior paixão, iniciou suas atividades lá como voluntária no cadastramento eleitoral no ano de 1986.

Dulciana Melo comandou a 27^a Zona Eleitoral, localizada na capital sergipana, em 1996, quando aconteceu a primeira votação informatizada. A ZE em questão era a maior em correspondência de área territorial e em número de eleitores. Além disso, teve envolvimento no projeto “**Voluntário da**

Justiça Eleitoral” e no projeto “**Eleitor do Futuro**”. “Os projetos desenvolvidos pelo TRE-SE são preparados por equipes da mais alta competência, eles não caducam, têm visão no futuro e comprovadamente atingem os objetivos. Sinto-me orgulhosa de ter participado desses projetos, pois entendo a importância deles para a atividade-fim do TRE-SE: as Eleições”, declarou a servidora.

Ao se aposentar, ela estava como chefe da Seção de Benefícios e Apoio Administrativo e na liderança do Cerimonial. Na cerimônia de aposentadoria e despedida do TRE-SE, recebeu a placa de menção honrosa pelos serviços prestados à Justiça Eleitoral. “Fiquei emocionada por saber que fui referência para tantos colegas e querida pelos juízes com os quais trabalhei, feliz ao ver a sala cheia dos amigos que fiz, orgulhosa do dever cumprido nos 30 anos como servidora do TRE-SE”, concluiu Dulciana.

Procuradora Eunice Dantas



A procuradora **Eunice Dantas** é formada em Direito pela Universidade Federal de Sergipe – UFS (1997). Até 2001, trabalhou como advogada. Em fevereiro de 2002, tomou posse como procuradora da República, pelo Ministério Público Federal. De início, ficou lotada na cidade de Guarulhos – São Paulo. Lá, atuou veementemente contra o crime, principalmente, no combate ao tráfico internacional de entorpecentes. Um ano depois, foi transferida para a Procuradoria da República em Ilhéus – Bahia, onde protagonizou ações na defesa do meio ambiente e do patrimônio público e em matéria criminal.

Novamente, um ano depois, passou a desenvolver as atividades na Procuradoria da República no Estado de Sergipe. Continuou atuando na defesa do meio ambiente e na defesa do patrimônio público até 2009. De abril de 2004 até março de 2006, também exerceu o cargo de Procuradora Regional Eleitoral. Em 2016 retornou a essa função, na qual ficará até setembro de 2019.

“Atuar como membro do Ministério Público perante o Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe (TRE-SE) é uma das tarefas que mais me engrandece e que mais me satisfaz profissionalmente, notadamente, pela celeridade e pela qualidade das decisões proferidas pelo Tribunal”, declarou a procuradora. Como procuradora regional eleitoral, ela é responsável pela designação de promotores de justiça para o exercício das funções do MPF e nas zonas eleitorais, coordenando as eleições, e atua em caso de recursos ao TRE-SE.

Desde o ano de 2009, compõe o Grupo de Combate a Corrupção da Procuradoria da República em Sergipe. De 2006 a 2010, foi procuradora-chefe da Procuradoria da República no Estado de Sergipe. Eunice Dantas foi procuradora eleitoral auxiliar nas eleições gerais dos anos de 2006 e 2014. Exerceu a função de procuradora regional eleitoral substituta nos anos de 2014 a 2016.

“Das minhas atuações, a que me marca intensamente, sem dúvida, é o caso das verbas de subvenções da Assembleia Legislativa do Estado de Sergipe: pelo volume de recursos, pela quantidade de réus envolvidos e por desnudar a forma como essas verbas eram empregadas pelos deputados sergipanos”, afirmou Eunice Dantas. A procuradora também considerou marcante estar à frente da Procuradoria Regional Eleitoral durante as eleições gerais de 2018, devido às ações de investigação eleitoral para combater o abuso do poder político e econômico, a exemplo das ações movidas contra o governador do estado, dois deputados federais e três deputados estaduais.

CONFIRA TODOS OS DETALHES SOBRE A ELEIÇÃO SUPLEMENTAR DE RIACHÃO DO DANTAS

Nova prefeita de Riachão foi eleita com 7.243 votos

No dia primeiro de setembro de 2019, a Justiça Eleitoral de Sergipe realizou com êxito a Eleição Suplementar de Riachão do Dantas, pleito que teve o objetivo de escolher o novo prefeito do município. A candidata **Simone de Dona Raimunda** (PC do B) foi eleita com 7.243 votos, o que corresponde a 56,61% dos votos válidos.

Em Riachão, 16.147 eleitores estavam habilitados a votar, os quais foram distribuídos em 55 seções, nos 22 locais de votação disponíveis. Dos eleitores aptos a votar, 13.483 compareceram às urnas, o que equivale a 83,50% do eleitorado. As urnas registraram 143 votos Brancos (1,06%) e 546 votos nulos (4,05%).

Os candidatos **Manuela Costa** (PSC) e **Pedro da Lagoa** (PT) ficaram com 36,56% (4.678) e 6,82% (873) dos votos, respectivamente. O índice de abstenção foi de 16,50%, número que corresponde a 2.664 eleitores.

O juiz **Eládio Pacheco Magalhães**, da 4ª Zona Eleitoral (ZE), com sede em Boquim, que também possui jurisdição sobre os municípios de Arauá, Pedrinhas e Riachão do Dantas, foi a autoridade responsável pela organização do pleito.

O Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe (TRE-SE) criou uma página contendo as informações mais relevantes sobre a eleição em Riachão. Os atos normativos que regulamentaram a eleição, questões técnicas sobre correspondência das urnas e outras informações relevantes podem ser acessadas pelo *link* a seguir: <http://www.tre-se.jus.br/eleicoes/eleicoes-suplementares/eleicoes-suplementares>.

Urnas Eletrônicas



Das 66 urnas eletrônicas que foram preparadas para a eleição de Riachão, 55 corresponderam a urnas de seção e 11 foram urnas reservas (contingência). A cerimônia de carga e lacração ocorreu no dia 27 de agosto, cinco dias antes do pleito. Apenas duas urnas foram substituídas durante a votação.

O secretário de tecnologia da informação do TRE-SE, **José Carvalho Peixoto**, explicou que o processo de preparação é o mesmo que o de uma eleição geral, o que difere é o quantitativo de urnas. “Os programas foram os mesmos utilizados nas eleições em 2016, porque essa eleição suplementar se refere às eleições de 2016”, disse o secretário.

Apuração



Às 19 horas e 38 minutos foi concluída a apuração de 100% das urnas. Encerrada a votação, as mídias eletrônicas foram retiradas das urnas e os dados contendo o resultado da votação transmitidos para o TRE-SE diretamente da sede do Cartório Eleitoral da 4ª ZE – Boquim.

O juiz eleitoral responsável pela condução do pleito fez publicar os relatórios de totalização na Zona Eleitoral. Outra maneira de acompanhar a totalização do resultado foi por meio do aplicativo divulga, que pode ser baixado nas plataformas digitais, ou acessado pelo site da Justiça Eleitoral, no link <http://divulga.tse.jus.br/oficial/index.html>.

Segurança



A Justiça Eleitoral, como de praxe, contou com a participação de unidades da Polícia Militar e da Civil. Da Polícia Militar, participaram o Comando de Policiamento Militar do Interior (CPMI), a Companhia Independente de Operações em Área de Caatinga (Ciopac) e o Grupo de Ações Táticas do Interior (GATI); policiais civis de plantão de Maruim foram deslocados para a região, além da participação da Delegacia Regional de Lagarto e da Coordenadoria de Operações e Recursos Especiais (Core).

A Polícia Militar atuou na guarda das urnas eletrônicas, desde o momento em que foram transportadas aos locais de votação, no sábado (31/08), véspera do pleito, bem como houve policiamento ostensivo durante o domingo (01/09), dia da eleição.

Documentação



No dia da eleição, foi necessário levar um documento oficial com foto: carteira de identidade, passaporte, carteira de categoria profissional reconhecida por lei, certificado de reservista, carteira de trabalho, Documento Nacional de Identidade (DNI) ou carteira nacional de habilitação.

Para facilitar o andamento da eleição, a Justiça Eleitoral também orientou que os eleitores levassem o título de eleitor, já que nele constam informações sobre a zona e a seção eleitoral. Também foi possível baixar o aplicativo *e-Título* (título de eleitor em meio digital, disponível para Android ou iOS), que substitui o documento oficial com foto.

Entenda o porquê da nova eleição

O pleno do Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe (TRE-SE) confirmou, durante a sessão plenária do dia 17 de junho do corrente ano, a decisão que cassou os mandatos dos representantes do Executivo do município de Riachão do Dantas-SE.

A chapa majoritária, eleita em 2016, foi cassada em razão de os candidatos, na véspera do pleito, terem divulgado pesquisa sem registro na Justiça Eleitoral (JE). O mandato dos novos eleitos terminará no dia 31 de dezembro de 2020.

PJE É IMPLEMENTADO NA 1ª, 2ª E 27ª ZONAS ELEITORAIS

No dia 20 de agosto, nas Zonas Eleitorais com sede em Aracaju (a 2ª Zona Eleitoral corresponde a alguns bairros de Aracaju e ao município de Barra dos Coqueiros), foi implementado o Processo Judicial Eletrônico (PJe). O novo sistema tem o objetivo de acelerar os processos da Justiça Eleitoral e será adotado em toda a primeira instância até o final deste ano, com vistas às Eleições Municipais de 2020. A data foi estipulada pela **Portaria TSE nº 344/2019**, assinada pela presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), ministra **Rosa Weber**.

De acordo com a norma, a implantação do Pje, na primeira instância da Justiça Eleitoral, ocorrerá por etapas. Em Sergipe, a distribuição segue como critério a capacidade das zonas eleitorais em relação à conectividade com a *internet*. No dia 22 de outubro, será a vez de Nossa Senhora do Socorro; e, nas demais zonas, a partir do dia 26 de novembro.

A chefe de cartório da 2ª Zona Eleitoral, **Luciana de Moraes Tavares**, contou sobre a adequação do sistema. “Ainda, a gente está nessa fase de adaptação, mas não tenho dúvida de que o PJe, implantado em todas as ZEs, vai trazer mais celeridade aos processos, praticidade para as zonas eleitorais [...]”. Lembrando que os processos físicos (em papel) não serão migrados para a plataforma digital, apenas os novos.

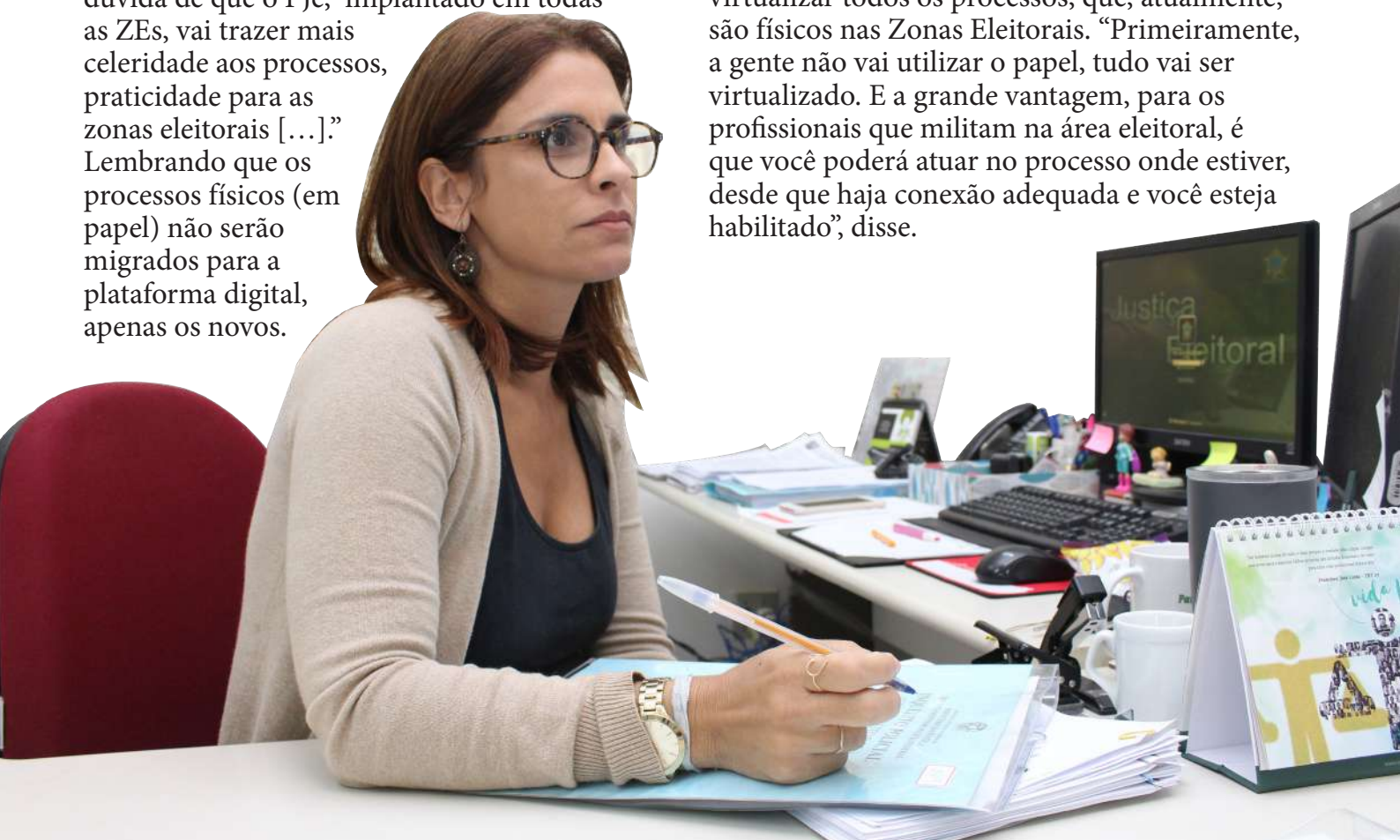
Luciana Tavares ressaltou, também, que haverá mais agilidade em relação aos processos no dia a dia do cartório. “Em relação ao cartório, as atividades vão diminuir, principalmente, nas classes processuais em que a gente tem um volume muito grande, como é o caso de prestação de contas, registro de candidatura [...]”.

Além de agilizar o trâmite processual, o PJe contribui para que a prestação jurisdicional seja mais eficiente, econômica e sustentável. Também possibilita acesso mais amplo e democrático aos cidadãos em geral, incluindo dois importantes atores envolvidos no processo eleitoral: os candidatos e os advogados que os representam.

Treinamento

No dia 12 de agosto, foi realizado o treinamento referente ao Processo Judicial Eletrônico (Pje) para servidores das Zonas Eleitorais (ZEs) de Aracaju. A capacitação foi ministrada por **Camila Brasil**, servidora da Corregedoria (CRE) e presidente do Grupo de Trabalho do Pje Primeiro Grau, com apoio de **Marta Coutinho**, da Seção de Apoio ao Usuário (SEAPU).

De acordo com Camila, o PJe é importante por virtualizar todos os processos, que, atualmente, são físicos nas Zonas Eleitorais. “Primeiramente, a gente não vai utilizar o papel, tudo vai ser virtualizado. E a grande vantagem, para os profissionais que militam na área eleitoral, é que você poderá atuar no processo onde estiver, desde que haja conexão adequada e você esteja habilitado”, disse.

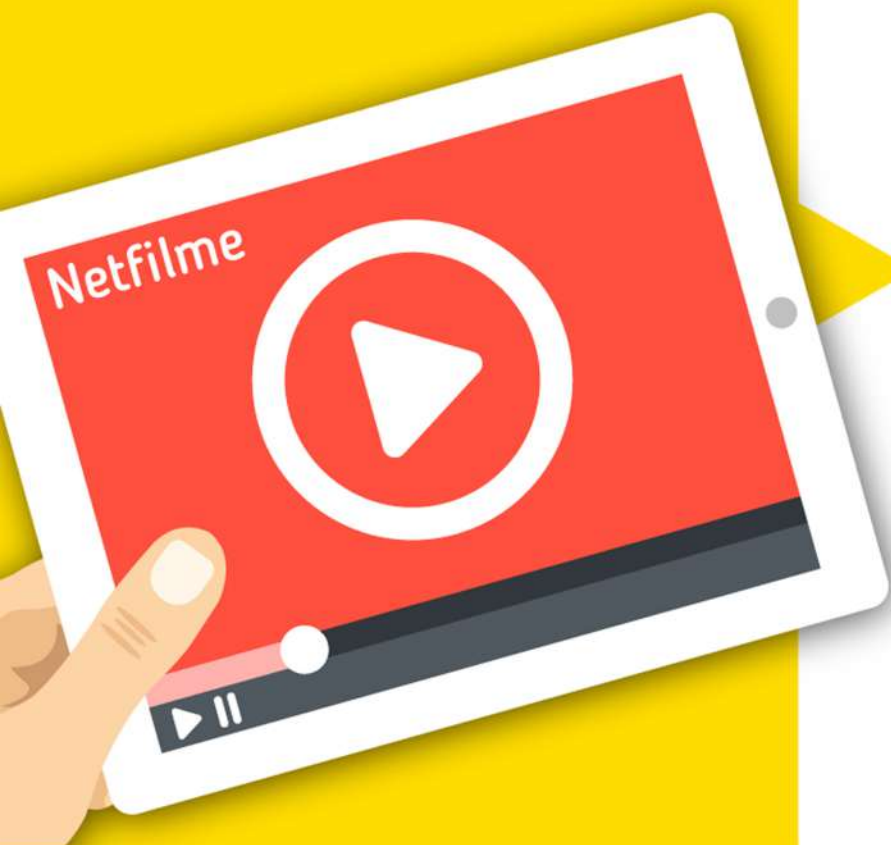


VOCÊ NUNCA ESTARÁ SÓ

SETEMBRO AMARELO



A forma de
assistir a filmes
mudou.



O digital entrou em nossas vidas para
ficar, e cada um aproveita da forma de
que mais gosta! A Justiça Eleitoral
gosta mesmo é de oferecer um
processo eleitoral seguro, rápido e
inclusivo, já que as urnas oferecem
diversos mecanismos de acessibilidade.

A de se comunicar com
instituições públicas
também.



E não se esqueça: participando e
opinando pelas redes sociais, você é
parte dessa **#DemocraciaDigital!**
#JustiçaEleitoral